



RELATÓRIO E CONTAS

1^o semestre de 2003

CAPITAL SOCIAL: 20.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O Nº 2 184

PESSOA COLECTIVA Nº 500 166 587



**LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E
ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina
Queluz de Baixo
2745-553 Barcarena

Capital Social: 20.000.000 €

***Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial de Cascais sob o n.º 2 184***

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

ORGÃOS SOCIAIS

M a n d a t o 2 0 0 3 - 2 0 0 6

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João António Morais Leitão
Vice-Presidente: João Manuel Pinto de Ruella Ramos
Secretária: Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Brás Monteiro
Vogais: António Pedro Pinto de Ruella Ramos
António Alexandre Pires Brás Monteiro
José Luis André Lavrador
António Pedro Marques Patrocínio

CONSELHO FISCAL

Presidente: António de Almeida
Vogais: Nuno Martins
Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por
Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

EXERCÍCIO DE 2003

1º SEMESTRE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da lei, designadamente do que está contido no Art. 246º do Código do Mercado de Valores Mobiliários e do Regulamento 00/11 da CMVM, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e restantes documentos de prestação de contas reportados a 30 de Junho de 2003.

Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeitam à actividade e resultados da Empresa durante o 1º semestre do exercício referido.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

1.1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA

O contexto macroeconómico internacional no decurso do 1º semestre de 2003 desenvolveu-se num quadro de estagnação das principais economias da Zona Euro e de evolução muito moderada da actividade dos EUA.

À semelhança dos trimestres precedentes, a deterioração dos indicadores de confiança dos consumidores e o baixo nível de investimento, tanto público como privado, constituíram fortes restrições ao crescimento do produto mundial, num panorama adicionalmente marcado pela incerteza e volatilidade associado ao contexto de conflito armado na zona do Médio Oriente.

Portugal não escapou a este ambiente depressivo, com a economia a manter um padrão de desenvolvimento caracterizado pela acentuada quebra do investimento empresarial, pela estagnação do consumo privado e pela forte moderação do consumo público.

No período Jan/Jul ocorreu um crescimento do investimento publicitário global de cerca de 3,5% face a período homólogo de 2002, reflectindo um investimento total de 336,2 milhões de euros, ainda que tal incremento tenha especial acuidade na TV (13,1 milhões de euros - 7,5%), rádio (22,2 milhões de euros – 4,9%), cinema (10milhões de euros – 9,8%) e outdoors (42,2 milhões de euros - 4,8%).



Ao nível da imprensa, que registou até Julho uma quebra de 4,9%, com um investimento total de 81 milhões de euros, teve nas publicações não diárias o pior contributo. As publicações diárias (jornais) contabilizaram 25 milhões de euros, enquanto as não diárias andaram nos 55,8 milhões de euros o que equivale a uma recuperação tímida de 0,8%.

A Internet é outro meio com um desempenho negativo, tendo sofrido uma quebra de 28% até Julho, com uma facturação de 1,5 milhões de euros. A economia portuguesa evitou, entre Janeiro e Março, a terceira queda trimestral consecutiva do produto, registando um crescimento marginal de 0,1%, assente na evolução favorável das exportações.

A informação entretanto divulgada para o 2º trimestre do ano aponta, em termos gerais, para a continuação de uma conjuntura degradada, agravando provavelmente a evolução do PIB em termos homólogos.

O desenvolvimento da actividade em 2003 teve consequências naturais no mercado de trabalho, determinando a subida da taxa de desemprego para 6,5% no final do semestre.

Com a queda da procura interna nos primeiros meses do ano, prossegue a correcção dos elevados desequilíbrios externos da economia portuguesa.

A actual conjuntura teve, ainda, efeitos desfavoráveis nas contas públicas. Não obstante algum esforço de contenção nas despesas, o nível de receitas fiscais encontra-se aquém do estimado, obrigando mais uma vez à busca de receitas/poupanças extraordinárias para permitir o cumprimento de um défice do SPA inferior a 3% do PIB.

Em termos de preços a taxa de inflação homóloga caiu em Junho para 3,3%.

Como economia aberta que é, o desempenho da economia portuguesa está dependente da evolução da economia internacional. Neste sentido, o atraso na recuperação das economias da área do Euro, para as quais se espera um crescimento em torno dos 0,7% no conjunto do ano, torna inevitável uma queda do PIB português em 2003, cujo crescimento anual deverá situar-se em torno dos -0,8%.

O retorno a um crescimento positivo deverá observar-se em 2004 ainda que as perspectivas sejam de uma aceleração apenas moderada da actividade económica com um crescimento situado no intervalo 0,5% a 1%.

Os níveis elevados de endividamento dos particulares e das empresas, a manutenção de um esforço de consolidação orçamental e os habituais desfasamentos do emprego e do investimento face à recuperação da actividade, deverão concorrer para a manutenção da debilidade da procura interna.

A chave da retoma manter-se-à na evolução das exportações, tal como na recessão de 1993, devendo concentrar-se nesse objectivo todos os esforços dos agentes económicos.

A evolução recente da taxa de juro e a circunstância de a publicidade ser um sector que assinala em primeira mão a chegada da crise, mas também os primeiros sinais de retoma, são factores que constituem indicadores de esperança na actividade em que a Empresa opera.

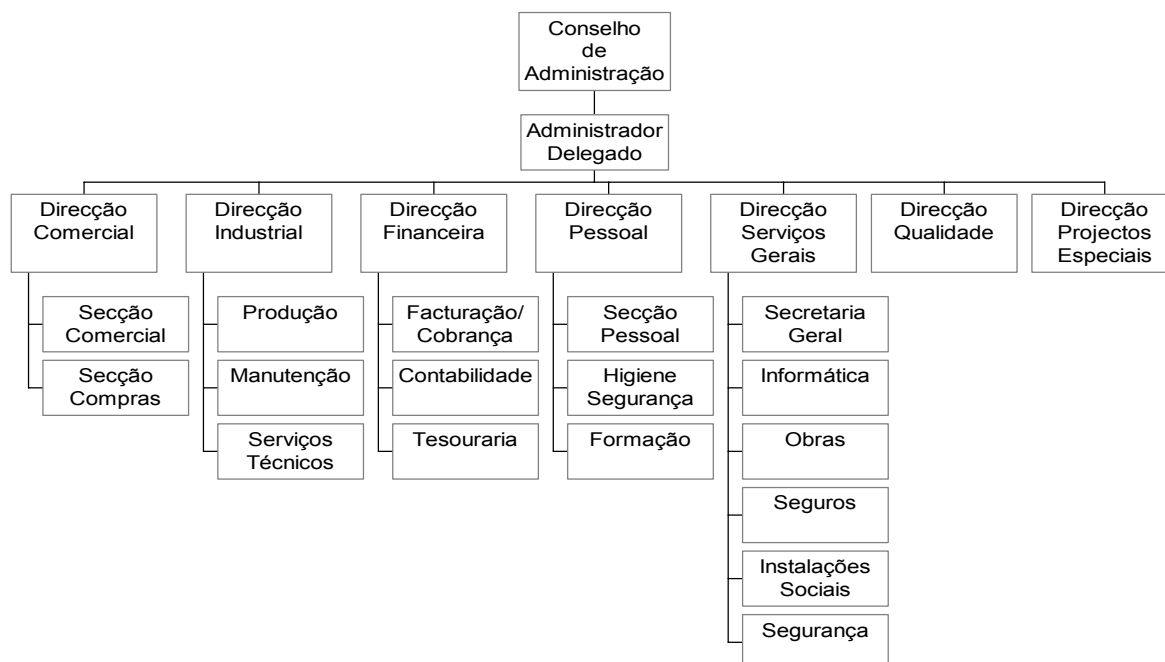


1.2. GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, no seu Anexo I, a Empresa dá conta, nos itens seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos aplicáveis.

1.2.1. – Divulgação de Informação

1. A Administração funciona de forma colegial, com um Administrador - Delegado ao qual reportam directamente sete Direcções: Comercial, Industrial, Financeira, Pessoal, Serviços Gerais, Qualidade e Projectos Especiais. O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação das várias empresas que constituem o “Grupo”, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de uma mais valia da empresa e das suas participadas, através da prestação de serviços de qualidade, prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são seguidos sempre critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.



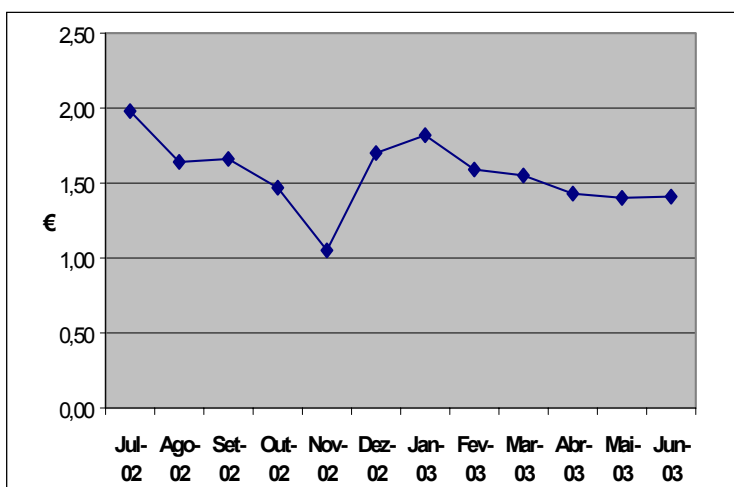
O Administrador Delegado, para além de efectuar a coordenação de toda a actividade da Empresa, acumula, também a função da Direcção Comercial.

2. Não houve, no semestre em análise, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos relativamente ao exercício anterior.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício foi a ilustrada no gráfico abaixo.

Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

Ao longo do semestre a cotação baixou cerca de 0,37 Euro (31/12/02 a 30/06/03); as razões para tal evolução terão que se buscar nas condições em que a operação decorreu em consequência da queda da publicidade e da retracção dos editores, bem como das assinaladas características do nosso mercado accionista.



3. Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa - 1999 e 2000 - foram distribuídos dividendos representando cerca de 80\$00/acção, política abandonada em 2001 por força das circunstâncias que envolveram a actividade. Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível, sem com tal intenção afectar a segurança económico - financeira da empresa.
4. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
5. Não são utilizados meios electrónicos na divulgação dos documentos preparatórios das reuniões de assembleias nem na prestação de outras informações financeiras.



6. Gabinete de Apoio ao Investidor: não existe propriamente um Gabinete deste tipo, nem a situação justificaria. O Representante para as Relações com o Mercado é o Administrador, com particular competência para a área financeira e económica, Dr. José Luís André Lavrador, e todos os Accionistas ou interessados em informações da Sociedade são pessoalmente atendidos. O acesso é normal bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao mercado, a LISGRÁFICA tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em comunicados para a CMVM quer através de contactos com a comunicação social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto por correspondência, nem qualquer outra limitação. Para participar nas Assembleias Gerais basta ter um voto, isto é, um mínimo de 100 acções (de 5 Euro cada) e é necessário que essas acções estejam depositadas em nome do accionista na instituição financeira com a antecedência mínima de 8 dias em relação à data de realização da Assembleia.

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a LISGRÁFICA ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração a quem reporta os resultados das suas acções.
3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, SA) e a LISGRÁFICA conforme é referido no Anexo ao Relatório de Gestão.



1.2.4. – Órgão de Administração

1. O Conselho de Administração, cujos 5 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Dr. António Brás Monteiro
Vogais	Dr. António Pedro Pinto de Ruella Ramos
	António Alexandre Brás Monteiro (Administrador Delegado)
	Dr. José Luis André Lavrador
	Eng.º António Pedro Marques Patrocínio

Administradores independentes, são, no conceito da sociedade, os que não têm interesse, participação ou relações especiais com a empresa maior accionista. Estão neste caso os Srs. Dr. José Luis André Lavrador e Eng.º António Pedro Marques Patrocínio.

Dr. António Brás Monteiro: é também Administrador da “Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.”, Presidente do Conselho de Administração da “Gestprint, SGPS, S.A.”, e da “Gestigráfica, SGPS, S.A.”

Dr. António Ruella Ramos: é também Presidente do Conselho de Administração da “Renascença Gráfica, S.A.”, do “Diário de Lisboa, S.A.”, Administrador da “Gestprint, SGPS, S.A.”, Administrador da “Gestigráfica, SGPS, S.A.”, e Presidente da Assembleia Geral da “Impreger, SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva;
3. O Conselho de Administração reúne praticamente todas as semanas, e o seu funcionamento está brevemente descrito no n.º 1 de 1.2.1 deste Relatório;
4. Não existe qualquer comissão de controlo interno;
5. A remuneração dos titulares do Conselho de Administração não está ligada à evolução da cotação das acções nem dos resultados da sociedade;
6. Não existem prémios de desempenho nem partes variáveis da remuneração, e todos os administradores são executivos (n.º 1 do Cap. 1.2.4). Os custos no semestre com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de 119.600 Euro, e dizem respeito a três dos seus membros, uma vez que os outros dois são remunerados pela “GESTPRINT, SGPS, S.A.”, sociedade com a qual a LISGRÁFICA tem um contrato de gestão referido neste Relatório e no Anexo.



2. A EMPRESA E A SUA ACTIVIDADE AO LONGO DO SEMESTRE

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

Mantiveram-se, durante o semestre, os efeitos decorrentes da conjuntura económica de recessão sofrida pelo sector nos dois últimos exercícios e que se traduziram na forte queda do investimento publicitário em todos os meios, a que os editores reagiram com o emagrecimento das revistas, redução de tiragens e suspensão de novos projectos que tivessem em carteira

Tendo como pano de fundo uma conjuntura económica de estagnação, a quebra da confiança dos agentes económicos, reflectida na evolução das cotações bolsistas, o Sector Gráfico no primeiro semestre de 2003 foi condicionado pela continuação do forte dinamismo editorial com sinais cada vez mais fortes de concentração, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços entre unidades nacionais e até acentuada pela concorrência de Espanha, pela paragem no esforço de investimento, e pela incerteza que se instalou no mercado sobre a duração da crise.

Como reflexo da queda do investimento publicitário e da reacção dos Editores, registou-se um decréscimo de produção, cifrado em quase todas as áreas que, no seu global, atingiu cerca de 3,2 milhões de euros (14,5%) relativamente a período homólogo de 2002, mas com especial acuidade na *Família de Folhetos/Catálogos*, em que o decréscimo teve a expressão de 3,1 milhões de euros (73%), e na *Família Jornais* com um decréscimo de cerca de 403 mil euros (16,2%), aqui explicado pela saída dos títulos da Lusomundo e pela suspensão do apoio à impressão do Público e outros títulos da Mirandela durante o seu impedimento.

A *Família Listas Telefónicas* registou um decréscimo de 174 mil euros (7,7%), reflectindo um ligeiro atraso do programa editorial, recuperável no 2º semestre

A *Família Boletins*, em resultado da passagem ao regime dos Boletins on-line, e da queda de encomendas por parte da Sta Casa, registou uma queda de 69 mil euros (27,4%).

A *Família Suplementos* registou uma queda de 119 mil euros (4,8%), traduzindo a redução da mudança de política da Sojornal que reduziu os suplementos do Expresso de três para dois e o Correio da Manhã que eliminou o Correio Desporto.

Indiciam um sinal positivo as *Revistas* que, no seu conjunto, revelam um crescimento de 653 mil euros (6,25%), deixando algumas expectativas para a evolução do 2º semestre.

A comparação com o Programa Económico-Financeiro, construído já com algum conservadorismo, revela um desvio global de 294 mil euros(1,5%), ainda desfavorável, mas em que o desvio parcial registado em *Revistas Semanais/Mensais* com uma expressão de 1,874 milhões de euros (20,3%) compensa praticamente os desvios parciais negativos das restantes Famílias.



As medidas tomadas durante o exercício de 2002, visando um controlo rigoroso dos Custos tiveram já resultados práticos neste semestre como se alcança da comparação entre semestres, com uma redução de 4,8 milhões de euros (18,7%) nos custos totais, ainda que a economia nos Custos Operacionais se tenha quedado pelos 3,530 milhões de euros (16%).

A comparação, em matéria de Custos com o Orçamento, ilustra um desvio de 525 mil euros (2,6%), mas onde as Indemnizações com o Pessoal justificam quase a totalidade do desvio.

Continuaram as diligências tendentes à concretização das decisões tomadas em relação à alienação de activos não directamente ligados à operação, havendo fundadas esperanças de que, pelo menos alguns deles, se concretizem durante o 2º semestre.

Continuaram a desenvolver-se negociações, enquadradas nas Opções Estratégicas do Negócio no sentido de mobilizar os recursos disponíveis para o negócio principal, recentrando as actividades nos processos ou parcerias de negócio geradoras de valor acrescentado.

Nesse sentido, tomou-se a decisão de autonomizar a operação Jornais através da criação de uma nova unidade de negócios em parceria com um ou mais Clientes, permitindo dividir o risco dos novos investimentos e concentrando na nova unidade os activos e meios técnicos deste sector.

Neste mesmo domínio, encetaram-se abordagens tendentes à concretização de uma operação imobiliária envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica, cujos contornos passam pela alienação de tal património, junto de um Promotor/Fundos, passando para um estatuto de arrendatário, com a consequente redução de Passivo Financeiro à custa dos meios gerados pela operação.

Prosseguiram as negociações com as Instituições bancárias envolvidas, tendentes à consolidação e reescalonamento da dívida no sentido de amenizar o esforço da tesouraria durante o exercício de 2003, alargando tais negociações a alguns Fornecedores de Matérias Primas/Subsidiárias, com quem se negociou a consolidação da dívida, iniciando um esquema de pagamento faseado, e pagamento dentro de prazos normais dos fornecimentos correntes.

Este conjunto de medidas conferiu às Contas da Empresa um maior rigor fazendo com que as Demonstrações Financeiras assim construídas espelhem com maior verdade a realidade da Vossa Empresa.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:



Impressão de Revistas

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 e 2002 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2003 de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 600 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2002, composto por nove rotativas, designadamente 2 Harris M850 (duplexadas) de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e uma instalada em 2002 que imprimem cadernos de 48 páginas e operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e que estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam deagrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação, reapetrechamento e reorganização do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 40%, que permitiu transferir para este Departamento a produção de Listas Telefónicas a quatro cores, nas Sunday 4000 e/ou nas M850 duplexadas.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1.Produção das Rotativas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2003	1º Semestre/2002
671.585	607.656

Constatamos um acréscimo de produção das Rotativas de 64 milhões de cadernos, em relação a período homólogo de 2002, equivalente a cerca de 10,5%, tendo o 2º trimestre com uma produção de 375 mil milhões de cadernos.



O crescimento a que aludimos compreende um incremento forte de produção de Listas Telefónicas a quatro cores, ao mesmo tempo que um decréscimo acentuado na produção de Folhetos e Catálogos.

Em finais de 1999 o Sector de acabamento de revistas dispunha de três linhas de ponto-aramé “Muller-Martini” modelo 300 e uma linha de ponto-aramé “Heidelberg”, apoiadas em “back-up” por duas máquinas mais antigas, uma das quais recondicionadas em 1999, e ainda uma encartadora-envelopadora “Bhurs Zandaam”, preparada para operações de pós-acabamento.

No ano de 2000 e para manter ajustadas as capacidades de impressão e acabamento, esta foi reforçada com a instalação de uma linha de ponto-aramé Muller-Martini, modelo “Tempo” com capacidade para 15.000 exemplares/hora e um sistema de tambor “Ferar” com capacidade para 22.000 exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “Corona” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “Image” montado em linha de alimentação “Bhurs Zandaam” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “Creo Scitex”.

Impressão de Jornais

O quadro geral de máquinas é, neste momento, o seguinte:

- 1 Máquina Harris 845, com 8 corpos, c/ n.º pág./cad 80(16), imprimindo a 25 000 ex./hora
- 1 Máquina Harris 845, c/ 9 corpos, c/ n.º pág./caderno 96(24), imprimindo a 28 000 ex./hora
- 2 Máquinas Harris Mercury, c/ 12 corpos, c/ n.º pág./caderno 48(16), imprimindo a 45 000 ex./hora

Este parque de máquinas configurava a solução adequada para o leque de editores/títulos servidos pela Lisgráfica até à saída dos títulos da Lusomundo e foi complementado oportunamente com a instalação de



um Sistema de Encartadeiras Thorsted à saída com capacidade de duplicação do número de páginas em cada edição sem perda de velocidade de saída.

O novo processo de transporte à chapa – Computer To Plate – relativamente aos jornais diários está a funcionar em pleno há vários anos, ajustado ao parque actual, permitindo beneficiar de todas as vantagens decorrentes para os editores em matéria de alargamento de tempo disponível para a redacção e economia de película.

A actividade do Departamento pode ser ilustrada pelo seguinte quadro:

Impressão (Mil Exemplares)	
1º Semestre/2003	1º Semestre/2002
79.341	92.348

Em resultado das movimentações ocorridas em consequência da saída dos títulos da Lusomundo, e da paragem de apoio à Mirandela na impressão do Público e outros títulos registou-se uma redução da tiragem de 13 milhões, equivalente a cerca de 14%, sendo que o número de páginas A4 impressas no semestre atingiu a expressão de 3.203 milhões, registando um crescimento marginal de 0,5%.

Com o parque de máquinas desajustado, face à nova realidade, e em função das novas solicitações do Cliente principal do segmento, a Lisgráfica ponderou largamente a possível reconfiguração e filosofia do Departamento tendo sido tomada a decisão estratégica de autonomização da sua exploração através da criação de uma nova unidade de negócio em parceria com um ou mais clientes que permita, por um lado a divisão do risco de novos investimentos, e a concentração dos activos e meios técnicos que a Lisgráfica tem afectos ao sector, designadamente a nova rotativa “*Regioman*” em fase de instalação.

Seria já nesta filosofia de negócio que seria contemplado um investimento em “*finishing*” que permita dar satisfação às necessidades de mercado nesta área, alargando as atribuições da unidade que extravasava a simples tarefa de impressão.



Impressão de Boletins

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins (Mil Boletins)	
1º Semestre/2003	1º Semestre/2002
39.250	54.400

Verifica-se um decréscimo, em relação ao semestre homólogo, de cerca de 15 milhões de boletins (28%) que, de resto, vem confirmar a tendência anterior e traduz o abrandamento de actividade correspondente à transição da gama tradicional de Boletins de “duas vias c/químico” para a nova gama e “uma via” para leitura on-line.

A Lisgráfica iniciou, entretanto, a pedido da Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa a produção de uma gama nova de Boletins para leitura on-line.

A produção anual deverá situar-se nos 120 milhões de Boletins, tendo a linha de produção sido concebida em 1994, a pedido do cliente, para 500 milhões/ano (10 milhões/semana), donde facilmente se alcança o actual desajustamento entre meios disponíveis e necessários, realidade que leva a encarar a hipótese de afectação de uma das rotativas a outros produtos.

Impressão de Listas

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas de Páginas Amarelas, S.A. associadas à celebração de um contrato de “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela entidade em Portugal.

Para este trabalho dispõe o Departamento de Listas de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias.

Com a instalação das três Sunday 4000 e da duplexagem das duas Heidelberg M850, a produção de Listas Telefónicas passou a ter uma filosofia completamente diversa, realidade que aconteceu a partir do 2º trimestre de 2002.



Com efeito, a partir dessa data iniciou-se a produção de Listas Telefónicas a quatro cores, tarefa que foi atribuída ao departamento de Impressão de Revistas que alargou as suas funções à produção de Listas Telefónicas a quatro cores, enquanto que os meios de produção tradicionais do Departamento de Listas ficaram com a responsabilidade de produção dos cadernos de Listas até três cores, bem como o acabamento e produção de capas.

Produção de Listas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2003	1º Semestre/2002
163.809	218.358

A produção comparada acima referida refere-se à produção de Listas até três cores e indicia uma redução de 40 milhões de cadernos (15,5%), traduzindo uma alteração do plano editorial que irá concentrar no 2º semestre do exercício um maior volume de produção, a par da transição para a quadricromia que cabe ao Departamento de Impressão de revistas.

Investimento

Durante o semestre em análise, o investimento efectuado assumiu a expressão de 788 mil euros, ressaltando como variações mais significativas as seguintes:

Equipamentos Básicos	632,8 mil euros
Equipamento de Transporte	4,0 mil euros
Equipamento Administrativo	3,2 mil euros
Outras Imobilizações	2,6 mil euros
Imobilizações em Curso	145,4 mil euros

não se tendo registado, entretanto, quaisquer alienações e abates.

Durante o semestre foram transferidos de Imobilizações em Curso para Imobilizações Corpóreas cerca de 248 mil euros.

Tais variações implicaram que o Activo Imobilizado Bruto Técnico se tenha fixado, em 30 de Junho de 2003, em 169 milhões de euros.



Finanças

Foi cumprido o Serviço da Dívida relativamente aos Empréstimos Obrigacionistas, restringidos actualmente às “Obrigações Lisgráfica/97” envolvendo um esforço financeiro de 2.497,9 mil euros, correspondentes aos juros do último cupão de tal Empréstimo no valor de 53,9 mil euros e à derradeira amortização do Empréstimo no valor de 2.444 mil euros.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 2.010,7 mil euros; deste valor, 1.533,3 mil euros representam amortização de capital e 477,4 mil euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 30/6/03, representam um total de 32.392 mil euros, subdivididos em 3.609 mil euros qualificados como responsabilidades a um ano e 28.783 mil euros como responsabilidades a M/L prazo.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 6 milhões de euros.

Foi liquidado um Programa de Emissões de Papel Comercial, montado pelo BCP, no valor de 2.494 mil euros.

O valor do esforço ligado a regularização de Passivo Financeiro representou no semestre cerca de 12,5 milhões de euros.

Tratando-se de um título com liquidez reduzida e integrado num mercado cada vez mais periférico, as acções da Lisgráfica sofreram, no semestre, uma queda de cerca de 0,37 euro, não escapando à queda generalizada que a maioria dos títulos registaram em idêntico período.

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior a que se juntam 110.713 acções do BCP.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados nos exercícios anteriores e a redução de Meios Libertos da exploração, em consequência da conjuntura, decidiu a gestão, prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e



Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível no ano de 2003, com vista a suavizar o esforço financeiro de tal exercício.

Paralelamente, e no âmbito das medidas de reestruturação da Empresa e das Grandes Opções estratégicas, iniciou-se o estudo de uma operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica que possibilitaria a respectiva venda e encaixe associado, originando a queda do financiamento garantido por tal património e a passagem a um regime de arrendamento temporário do todo ou parte das instalações/edifícios em causa.

Prosseguem, entretanto, contactos tendentes à alienação de activos não operacionais envolvendo, eventualmente, algumas participações financeiras, no quadro da opção estratégica de mobilizar os recursos disponíveis para o negócio principal, recentrando a actividade nos processos ou parcerias de negócio geradoras de valor.

Mercado

As considerações feitas no capítulo 2.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o 1º semestre do ano explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante tal período.

A forte desaceleração da actividade foi particularmente sentida na área em que a Empresa opera na justa medida em que o impacto criado pela redução do investimento publicitário – primeiro sintoma de retracção - determina a reacção dos editores nas tiragens e volume das publicações, fechando-se o ciclo no volume da actividade gráfica.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do semestre e indiciam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da Produção e Vendas da Lisgráfica.

Registaram-se algumas movimentações indiciando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira, mas no que respeita à Lisgráfica nenhum reflexo destas movimentações se fez sentir, salvo no tocante a preços que importa manter concorrenciais, o que implica cuidados especiais em matéria de produtividade, tendo-se agudizado sobremaneira a concorrência em matéria de preços, esmagando as margens, designadamente no que toca à Família de Folhetos/Catálogos em que a concorrência é particularmente agressiva.



No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico.

Durante o semestre a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente a revista semanal ligada ao desporto “*Doze*” da Comfutebol, a revista “*Carteira*” editada pela First Media Comunicação, publicação mensal de divulgação económica, “*Cozinha Semanal*”, e “*Cozinha Tradicional*” publicações semanal e mensal, respectivamente editadas pela Presspeople de divulgação culinária, “*Correio Mulher*”, suplemento semanal editado pela Cofina e distribuído com o Correio da Manhã como suplemento, a revista “*Mariana*”, publicação semanal editada pela Pressepeople, a revista “*Follow Me*” publicação mensal editada pela LPM e que constitui um roteiro de realizações culturais, e a revista “*Fragata*”, publicação editada pela África Imagens, revista de bordo para as viagens para Cabo Verde.

Entretanto, por suspensão de publicação, perdemos a revista “*Pc World*”, publicação mensal editada por Edições Expansão, e “*Ana XL*” publicação semanal editada pela Impala e por mudança de gráfica, a revista “*Lux Woman*” publicação mensal do grupo Media Capital.

No domínio dos Jornais a Lisgráfica está em fase de repensar a sua estratégia neste sector e, como consequência da sua nova filosofia para este segmento perdeu um conjunto de jornais não diários, designadamente, “*Jornal dos CTT*”, “*Jornal de Amadora/Sintra*”, “*Veritas*”, “*O Emigrante*”, “*Notícias da Amadora*”, “*Jornal Luso Helvético*”.

Em matéria de Listas Telefónicas, cumpre-se o programa de impressão fixado pelo Editor, estando a funcionar em condições normais a passagem para a impressão em quadricromia das Listas Classificadas ou Mistas no Departamento de Impressão de revistas, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e das três Sunday 4000, estando em fase de concretização a prorrogação do prazo do “*Printing Agreement*” com o Editor.



3. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Vamos, de seguida, apresentar um conjunto de indicadores de natureza económica e financeira que ilustram a actividade desenvolvida ao longo do semestre.

3.1. Volume de Vendas / Facturação.

As Vendas comparadas 1º semestre de 2003, versus período homólogo de 2002, ventiladas por grandes famílias de produtos, evoluíram do seguinte modo:

Famílias	2003	2002	Variação (+/-)
Revistas	11.099,4	10.446,4	653,0
Suplementos	2.372,2	2.491,0	(118,8)
Jornais	2.092,8	2.495,7	(402,9)
Boletins	183,0	252,3	(69,3)
Catálogos / Folhetos	1.074,0	4.180,2	(3.106,2)
Listas	2.088,0	2.261,8	(173,8)
<i>NOTA: valores em milhares de euros.</i>	18.909,4	22.127,4	(3.218,0)

Os valores acima denunciam uma variação negativa de 3,218 milhões de euros, equivalente a 14,5%.

O quadro acima denuncia evolução favorável na Família “Revistas”, que registou um incremento de (6,25%), e ilustra evolução desfavorável em todas as restantes Famílias, designadamente, na Família, “Jornais” (16,1%), na Família “Boletins” (27,5%), na Família “Listas” (7,7%), na Família “Suplementos” (4,8%) e particularmente na Família “Catálogos/Folhetos” com uma queda de (74,3%).

O Quadro ilustra que o desvio global é praticamente justificado pela queda da Família “Folhetos/Catálogos”, cuja procura de serviços registou queda expressiva, correspondendo no entanto ao segmento de margens mais esmagadas e que envolve fornecimento de papel.

Idêntica comparação estabelecida com o Programa Económico-Financeiro revela um desvio global de 294 mil euros (1,5%), ainda desfavorável, mas em que o desvio parcial registado em “Revistas Semanais/Mensais” com uma expressão de 1,874 milhões de euros (20,3%) compensa praticamente os desvios parciais negativos das restantes Famílias.



Esta análise é, de resto, confirmada pela comparação das Margens Brutas - diferença entre as Vendas e a Matéria Prima incorporada - porque resulta corrigida a maior ou menor incorporação de papel.

Assim:

Famílias	2003	2002	Variação (+/-)
Revistas/Listas	10.662,9	10.174,7	488,2
Suplementos	1.999,4	2.084,3	(84,9)
Jornais	1.561,0	1.720,0	(159,0)
Boletins	133,3	179,7	(46,4)
Catálogos / Folhetos	301,9	1.135,7	(833,8)
<i>NOTA: valores em milhares de euros.</i>	14.658,5	15.294,4	(635,9)

Concluimos, assim, que corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas decresceram na realidade, entre semestres homólogos, cerca de 636 mil euros, em todas as Famílias salvo “Revistas/Listas”, equivalentes a 4,2%, sendo que expurgámos dos números acima as vendas de papel não transformado.

3.2. Imobilizações

O valor das imobilizações líquidas evoluiu do seguinte modo entre Dez/02 e Jun/03:

	2003	2002	Variação (+/-)
Imobilizações Incorpóreas	10.934,9	10.936,8	(1,9)
Imobilizações Corpóreas	95.227,0	98.818,3	(3.591,3)
Imobilizações em Curso	1.390,4	1.493,1	(102,7)
Imobilizações Financeiras	16.357,8	15.944,8	413,0
<i>NOTA: valores em milhares de euros.</i>	123.910,1	127.193,0	(3.282,9)

A redução de valor das Imobilizações Corpóreas resulta da compensação das aquisições do período de cerca de 891 mil euros com as amortizações praticadas no semestre de 4.482 mil euros.

A redução das Imobilizações Incorpóreas resulta do efeito de adições de 1,1 mil euros em Despesas de Instalação, conjugado com as amortizações praticadas no semestre de 3,0 mil euros.



A redução registada em Imobilizações em Curso deriva do incremento de cerca de 145 mil euros operado no semestre, conjugada com a transferência de cerca de 247 mil euros para Imobilizações Corpóreas efectuada no mesmo período.

A variação operada em Imobilizações Financeiras decorre, por um lado do efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro em empresas do grupo e associadas (293 mil euros) e dos adiantamentos realizados por conta de investimentos financeiros ao Guião (120 mil euros).

As participações financeiras detidas pela Lisgráfica em 30 de Junho de 2003 são as constantes do Quadro abaixo:

Empresas Detidas	Valores Contabilísticos	Capital Social	% Capital Social
Naveprinter	2.585,4	3.750	41
Gestigráfica	5.127,2	50	100
Guião	4.638,8	850	85
Videodata	723,3	250	100
Máquina de Estados	99,8	12,5	20

Nota: Valores em milhares de euros.

Do Quadro acima alcança-se que o “Grupo Lisgráfica” sofreu, recentemente, alguns ajustamentos. Assim, por alienação das respectivas participações, saíram do perímetro do “Grupo” a Grafimadeira e a Porenvel, durante o exercício de 2002, enquanto que a Heska saiu já em 2003 ao abrigo de um contrato celebrado pela Gestigráfica; no seguimento desta operação a Empresa encontra-se em negociação para a regularização de valores a receber e a pagar com aquela empresa. Por este facto a Empresa não dispõe de informação suficiente para quantificar o efeito nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2003, relativo à venda daquele activo por parte daquela empresa participada.

Entretanto, no que toca às Empresas directamente detidas pela Lisgráfica, designadamente Guião, Videodata e Máquina de Estados mantém-se, no essencial, a intenção de alienação no caso das duas primeiras, enquanto no que toca à terceira a respectiva expressão está condicionada à percentagem de capital detido e à não participação da Lisgráfica na respectiva gestão.

Pelas razões expostas a consolidação pelo método da integração global restringir-se-ia à Grafilis que, pela sua dimensão não afecta no seu conjunto a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados do grupo, como se pode comprovar pela análise do Anexo às Contas.

Nestas condições entendeu a gestão não se justificar a apresentação de Contas Consolidadas por não concorrerem com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado,



procedendo-se na âmbito das Contas Individuais, à adopção do método da equivalência patrimonial relativamente às Sociedades “Gestigráfica” e “Naveprinter” a primeira quanto às participações detidas em 30/06/03 e a segunda quanto à participação directamente detida pela Lisgráfica.

3.3. Valores Activos e Passivos

As rubricas que integram o Activo e o Passivo evoluíram assim:

Activo	30.06.03	31.12.02	Variação (+/-)
Disponível	1.736	2.165	(429)
Créditos C/Prazo	19.801	16.853	2.948
Existências	2.467	1.756	711
Imobilizações	123.911	127.193	(3.282)
Acréscimos / Diferimentos	732	507	225
<i>Nota: Valores em milhares de euros.</i>	148.647	148.474	173

Passivo	30.06.03	31.12.02	Variação (+/-)
Provisão Riscos e Encargos Diversos	1.250	1.250	-
Débitos C/ Prazo	57.856	53.828	4.028
Débitos M/L Prazo	68.593	72.221	(3.628)
Acréscimos / Diferimentos	4.343	4.025	318
<i>Nota: Valores em milhares de euros</i>	132.042	131.324	718

As variações mais significativas nas rubricas do Activo Líquido, registaram-se nas Imobilizações e em Créditos a Curto Prazo sendo que na primeira rubrica no sentido da descida e na segunda com sentido crescente.

As Imobilizações registaram uma descida de cerca de 3.282 mil euros traduzindo aquisições de cerca de 1.200 mil euros (788 mil nas Imobilizações Corpóreas e 413 mil em Imobilizações Financeiras) e amortizações praticadas no semestre de cerca de 4.485 mil euros.

As Disponibilidades registaram uma quebra de cerca de 429 mil euros, traduzindo uma descida nos Depósitos à Ordem.



As Existências traduziram um incremento de cerca de 711 mil euros; tal evolução deriva do crescimento da Produção em Curso da ordem dos 318 mil euros, bem como da inventariação do stock de Peças e Sobressalentes da Manutenção que registou um incremento de cerca de 450 mil euros, tendo as existências de Matérias Primas e Subsidiárias sofrido uma descida de cerca de 56 mil euros.

Os Acréscimos e Diferimentos denunciam uma subida de cerca de 225 mil euros, registada em Custos Diferidos e explicada quase que exclusivamente pela especialização da imputação de juros.

A evolução dos “Créditos de Curto Prazo” resultou do crescimento do saldo de “Clientes” (2.784 mil euros), decorrente de algum alargamento do prazo médio de cobranças, reforçado com a diferença de tratamento da operação “factoring” no final do semestre, de uma variação crescente no saldo da rubrica “Empresas do Grupo” de cerca de 15 mil euros, e a uma descida nos saldos de “Estado” e “Empresas Participadas e Participantes” de, respectivamente, 27 mil euros e 10 mil euros e do crescimento do saldo da rubrica “Outros Devedores” (161 mil euros).

O Activo líquido cresceu, no semestre, cerca de 173 milhares de euros (0,1%).

Os Débitos a Curto Prazo cresceram 4.028 mil euros, sendo de evidenciar o crescimento da rubrica “Empresas do Grupo” da ordem dos 7.865 mil euros, ligado aos créditos assumidos pela Gestigráfica perante a Lisgráfica derivados da operação Heska, “Adiantamentos de Clientes” da ordem dos 1.125 mil euros, associado à nova unidade de Jornais, “Estado e Outros Entes Públicos” da ordem dos 1.865 mil euros; o saldo desta conta inclui impostos e contribuições vencidas e não pagas, no valor aproximado de 6.068 mil euros, devendo referir-se a este propósito que estão em curso negociações tendentes ao estabelecimento de um acordo de regularização das responsabilidades vencidas no âmbito do quadro legal; “Outros Empréstimos Obtidos” da ordem dos 500 mil euros, decorrentes da reclassificação das responsabilidades dos Programas de Papel Comercial;

Em sentido inverso evoluíram as rubricas de “Empréstimos por Obrigações” registando uma descida de 2.444 mil Euros, em resultado do pagamento da última amortização de tal Programa, “Dívidas a Instituições de Crédito” que registou uma queda de cerca de 2.754 mil euros, fruto por um lado de amortização das linhas de financiamento e, por outro, da reclassificação em termos de prazo, derivadas da operação de reescalonamento de tal dívida; as rubricas “Fornecedores c/c e c/ Letras” registaram evolução de cerca de 258 mil euros, em conjunto, por efeito da reclassificação em termos de prazo, em consequência dos acordos de pagamento faseado da dívida consolidada, enquanto que a rubrica “Fornecedores de imobilizado c/c” que engloba a responsabilidade por contratos de leasing, registou uma descida de 1.350 mil euros, por efeito conjugado da redução de responsabilidades a um ano e da renegociação dos contratos que também ocorreu; a rubrica “Outros Credores” registou uma descida de 522 mil euros, fruto da queda das responsabilidades por financiamento da cedência de facturação em factoring da liquidação de seguros junto dos nossos corretores.



As variações ocorridas nos Débitos a M/L prazo, que ascendem a 3.628 mil euros, traduzem o crescimento de cerca de 1.755 mil euros da rubrica “Fornecedores c/c”, traduzindo o alojamento das responsabilidades a mais de um ano derivadas dos acordos estabelecidos com Fornecedores estratégicos acima citados; e descidas registadas em Empréstimos Bancários de cerca de 1.113 mil euros, em “Outros Empréstimos Obtidos” de cerca de 2.994 mil euros traduzindo a regularização de um Programa de papel Comercial em Abril, e em “Fornecedores de Imobilizado c/c” em cerca de 1.275 mil euros, reflectindo a descida da responsabilidade por Contratos de Leasing a mais de um ano.

Os Acréscimos e Diferimentos Passivos cresceram cerca de 318 mil euros.

Neste sentido, o Passivo total cresceu, no semestre, cerca de 718 milhares de euros (0,5%).

3.4. Despesa

Os encargos do semestre evoluíram assim, face a período homólogo de 2002:

	2003	2002	Variação (+/-)
CMVMC	4.251	6.833	(2.582)
Subcontratos	612	583	29
FSE	2.809	3.629	(820)
Despesas C/ Pessoal	5.894	5.935	(41)
Despesas Financeiras	2.536	3.742	(1.206)
Amortizações/Provisões	4.485	4.505	(20)
Outras Despesas e Encargos	248	438	(190)
<i>Nota: Valores em milhares de euros.</i>	20.835	25.665	(4.830)

Para um volume de actividade de 19,388 milhões de euros, inferior ao do 1º semestre do ano anterior em 3.278 mil euros (14,5%), os Custos Totais assumiram a expressão de 20,835 milhões de euros, registando uma variação favorável de cerca de 4,8 milhões de euros (18,7%).

A comparação com o Programa Económico-Financeiro revela um desvio marginal de cerca de 525 mil euros (2,5%).

Representando cerca de 22,5% da facturação do primeiro semestre em 2003, contra 30,8% em período homólogo de 2002 e verificando-se uma retracção nominal das Vendas de 3,2 milhões de euros, o decréscimo registado no CMVC de 2.582 mil euros no 1º semestre de 2003, traduz especialmente uma queda na incorporação de papel próprio na produção, por efeito da redução substancial da produção de Folhetos/Catálogos (1.157 mil euros em 2003 contra 3.555 mil euros em 2002). Acrescem economias



registadas nas restantes componentes das Matérias Primas e Subsidiárias, designadamente Tintas com 28 mil euros (1,3%), Chapas com 27 mil euros (5%) e Outros com 93 mil euros (17,6%).

Da comparação com o Orçamento ressalta um desvio favorável de 324 mil euros (7%)

A rubrica de Subcontratos registou uma redução de 570 mil euros, representando 3,2% da facturação em 2003, contra 5,3% em 2002. Esta evolução explica-se pelo menor recurso a meios alheios e, ainda, por força da redução da actividade no período.

Comparativamente com o Orçamento regista-se um desvio inexpressivo de 28 mil euros (4,95%).

Os FSE registaram uma economia de 221 mil euros (7,3%), representando 14,9% da facturação do 1º semestre de 2003, contra 13,7% em idêntico período de 2002; esta evolução traduz as medidas tomadas de controlo rigoroso dos custos e verifica-se em praticamente todas as rubricas com particular realce para Conservação onde a economia representa 156 mil euros, Trabalhos Especializados, com uma economia de 44 mil euros, Higiene e Limpeza e Vigilância e Segurança com economias de, respectivamente, 37 mil euros e 57 mil euros e Outros FSE com redução de cerca de 46 mil euros. Em sentido inverso evoluíram as rubrica de Electricidade que registou um incremento de cerca de 45 mil euros, Combustíveis que cresceram cerca de 45 mil euros e Rendas e alugueres que sofreram um acréscimo de 15 mil euros.

Relativamente ao Orçamento, a rubrica de FSE registou um desvio favorável de 442 mil euros (18,7%).

As Despesas com Pessoal desceram 40 mil euros (0,7%) em relação a idêntico período do ano transacto. Representando 31,2% da facturação, contra 26,8% no ano anterior, a respectiva economia assenta na redução de alguns efectivos (480 mil euros) em resultado das medidas tomadas de reformulação do regime laboral de alguns sectores e da redução de horas extraordinárias (110 mil euros), medidas que irão prosseguir no 2º semestre.

O Custo do semestre está onerado com um valor de 588 mil euros de Indemnizações/Pré-reformas, suportado no âmbito do processo de reestruturação de efectivos.

Ajustado de tal valor, o Custo operacional com o pessoal foi, assim, de 5.306 mil euros, pelo que o desvio ajustado favorável foi de 630 mil euros e, relativamente às Vendas o rácio real se situou em 28%.

Comparativamente com o Orçamento, registou-se um desvio de 869 mil euros (17,3%).

As Despesas Financeiras registaram uma economia de 1.206 mil euros (32,2%), traduzindo um peso relativo sobre a facturação de 13,4% contra 16,9% em período homólogo de 2002.

A evolução referida deriva da evolução do Passivo remunerado que registou uma descida de cerca de dez milhões de euros, aliada à evolução favorável das taxas. Verifica-se evolução no sentido da economia em quase todas as rubricas mas, com maior expressão, em Juros de Obrigações (123 mil euros), Juros de



Empréstimos (153 mil euros), Juros de Papel Comercial (129 mil euros) e Juros de Factoring (7860 mil euros), tendo-se, em contrapartida agravado os Juros de Leasing (146 mil euros).

A rubrica Outros Encargos Financeiros registou uma economia de 528 mil euros, incorporando as Perdas em Empresas do Grupo e Associadas onde foram registadas em 2002 cerca de 518 mil euros de custos.

A rubrica Amortização de Goodwill evidencia uma economia de cerca de 353 mil euros, que resulta da suspensão da prática de amortizações das empresas associadas alienadas .

Comparativamente com o Orçamento verificou-se um desvio favorável de 445 mil euros (14,9%)

Mantendo-se consistência total nos critérios utilizados nas amortizações e provisões, e tendo em consideração que o incremento das imobilizações sujeitas a amortizações do semestre se cifrou em cerca de 890 mil euros, a redução de 20 mil euros nesta rubrica assenta na queda das amortizações de bens adquiridos em leasing que terminaram a sua vida útil (74 mil euros), tendo as amortizações de bens próprios registado um aumento de 70 mil euros; os Bens Reavaliados tiveram as respectivas amortizações desoneradas em cerca de 16 mil euros..

Comparativamente com o Orçamento as Amortizações/Provisões registaram um desvio favorável de 53 mil euros (1,2%).

Os Custos/Perdas Extraordinários registaram uma redução de 93 mil euros (48,8%).

3.5. Capital Próprio

A respectiva evolução face a 31/12/01 foi a seguinte:

	30/6/03	31/12/02	Variação (+/-)
Capital	20.000	20.000	-
Reservas / Resultados Transitados/Ajustamentos	(2.849)	3.043	(5.892)
Resultados Líquidos do Semestre	(546)	(5.892)	5.346
<i>Nota: Valores em milhares de euros.</i>	16.605	17.151	(546)

A evolução registada no Capital Próprio deve-se ao resultado líquido do semestre, cuja explicação é fornecida no ponto 3.7.



A evolução verificada em Reservas/Resultados Transitados/Ajustamentos durante o semestre, em relação ao saldo registado no final do exercício de 2002, traduz a afectação a Resultados Transitados do prejuízo verificado no exercício anterior, por relevação da deliberação da Assembleia Geral.

3.5. Indicadores Económico-Financeiros e de Actividade

O quadro abaixo apresenta a evolução de alguns indicadores nos semestres em análise

	unid.	2003	2002
Produção	(mil euros)	19.388	22.666
Activo líquido	(mil euros)	148.647	162.416
Capitais próprios	(mil euros)	16.605	20.488
Despesas com pessoal	(mil euros)	5.894	5.935
Produção per capita	(mil euros)	90,6	87,1
Remuneração per capita	(mil euros)	27,5	22,8
VAB	(mil euros)	14.658	15.294
Meios libertos	(mil euros)	3.939	1.853
Autonomia financeira	(%)	11,2	12,6
CMVMC / Facturação	(%)	22,5	30,8

3.7. Resultados

A evolução da rubrica Resultados foi a seguinte:

	2003	2002
Resultados Operacionais	1.186	934
Resultados Financeiros	(2.187)	(3.597)
Resultados Correntes	(1.001)	(2.663)
Resultados antes de Impostos	(546)	(2.652)
Resultados Líquidos	(546)	(2.652)

Nota: Valores em milhares de euros.



A conjuntura desfavorável em que se desenvolveu a actividade da Lisgráfica, caracterizada por um lado, pelo forte impacto da retracção do investimento publicitário, emagrecimento das publicações, suspensão

de novos projectos por parte dos editores e reflexo no nível de actividade da Empresa, quebra de confiança dos consumidores e, por outro lado, pelo agudizar da concorrência interna e espanhola, implicando esmagamento de preços nalguns segmentos de mercado, implicou que as performances negativas registadas em 2002 se tenham arrastado para o 1º semestre do corrente ano, ainda que de uma forma atenuada, em resultado das medidas de gestão entretanto implementadas.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 1.186 mil euros, contra 934 mil euros em 2002, resultando a variação positiva de 252 mil euros da diferença negativa apurada nas Margens Brutas de cerca de 636 mil euros, compensadas pelas economias registadas nas outras componentes dos Custos Operacionais – Subcontratos/FSE de cerca de 791 mil euros, Despesas com Pessoal de cerca de 40 mil euros e Amortizações/Provisões cerca de 20 mil euros.

Tendo sido explicado com detalhe a evolução dos Custos em 3.4 importa sublinhar que o comportamento das Margens Brutas se fica a dever a uma quebra nas Vendas de 3.218 mil euros, associado a uma redução dos CMCV de cerca de 2.582 mil euros em resultado do consumo de papel a Família Folhetos/Catálogos, de certo modo amenizados por uma variação positiva da Produção em Curso e de Outros Proveitos Operacionais.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de 2.187 mil euros negativos, contra 3.597 mil euros negativos no semestre homólogo de 2002, resultando a diferença favorável de 1.410 mil euros do desagravamento registado em Encargos Financeiros de cerca de 1.206 mil euros e da diferença favorável de 203 mil contos em Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes situaram-se no primeiro semestre de 2003 em 1.001 mil euros negativos, contra 2.663 mil euros negativos no período equivalente de 2001, resultando a diferença de 1.662 mil euros do efeito conjugado das melhorias dos Resultados Operacionais e dos Resultados Financeiros.

O Resultado Líquido apurado no 1º semestre de 2003 foi de 546 mil euros negativos, contra 2.651 mil euros negativos no semestre homólogo de 2002, reflectindo as condições ainda desfavoráveis em que a Empresa operou e o efeito das medidas oportunamente implementadas pela gestão que implicaram a melhoria dos Resultados Operacionais – 252 mil euros - uma recuperação apreciável nos Resultados Financeiros – 1.410 mil euros - e uma melhoria nos Resultados Extraordinários – 443 mil euros - .



Não se verificaram negócios, no semestre, entre os Administradores e a Sociedade.

Não se tendo registado durante o semestre operações sobre acções próprias, a sociedade mantém em carteira as 52.213 acções que detinha no final do exercício de 2002.

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortizações de activos imobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de leasing e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.

A este respeito, foi aplicado o método da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras, exceptuando as adquiridas no final do exercício de 2000 (Guião, Videodata e Máquina de Estados). Em relação às participações financeiras na Máquina de Estados, não foi aplicado o método da equivalência patrimonial por ser reduzida a sua actividade e por a empresa não ter posição de controlo.

Reiteramos aos Senhores Accionistas o apelo feito no Relatório do exercício de 2002, no sentido de que, apesar de confiantes na eficácia das medidas tomadas, e outras a tomar no curto prazo, tendentes a minorar o efeito da crise conjuntural e das iniciativas desencadeadas junto das Instituições Financeiras para ajudar a Empresa a ultrapassar esta fase de constrangimentos, tomem na devida nota a situação financeira da Empresa



4. PERSPECTIVAS FUTURAS

Face aos riscos e incertezas que têm e irão condicionar a conjuntura económica no 2º semestre do corrente ano e ao atraso na recuperação das economias da zona euro, estima-se a continuação da tendência de estagnação para a economia portuguesa, ainda que com um aligeiramento da crise da publicidade que começa a dar sinais ténues de melhoria.

Também se espera que irão persistir os sinais de forte concorrência interna e internacional, face à dimensão do mercado e à recessão na procura de serviços gráficos.

Nesta medida, irá a Lisgráfica continuar a implementar as medidas de reestruturação empreendidas em 2002 e continuadas no primeiro semestre do exercício, conducentes à busca de mercados/segmentos alternativos de mercado, ao controlo rigoroso e apertado de custos e guerra ao desperdício e ainda ao aumento dos níveis de produtividade e eficiência, otimizando a relação custo/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do sector, designadamente flexibilidade/agilidade, independência e equidistância, a par de preocupação pela qualidade e cumprimento de prazos.

Tendo praticamente cumprido os objectivos assinalados no Programa Económico-Financeiro para o 1º semestre, com ligeiros desvios em matéria de Custos e Proveitos, espera-se que no final do exercício tal desiderato também seja cumprido, o que equivale a dizer que foi atingido o equilíbrio económico e o exercício de 2004 possa constituir o ano da retoma e do regresso à faixa dos resultados positivos.

As medidas de reestruturação, a levar a cabo no segundo semestre do exercício, compreendem a autonomização da operação jornais através da constituição de parcerias com um ou mais editores, e a consequente transferência de recursos técnicos e humanos para a nova unidade – incluindo a nova *Regioman* em fase de instalação;

A concretização da operação imobiliária visando a alienação do património imobiliário da Empresa, hoje bastante valorizado pela localização e procura imobiliária, permitindo uma nova reestruturação do passivo financeiro, sem beliscar a possibilidade de expansão futura, mas com o consequente e desejável ajustamento da dívida à evolução previsível da conjuntura económica e da capacidade financeira da empresa;

A alienação de activos não operacionais envolvendo, eventualmente, algumas participações financeiras, sempre no sentido de mobilizar todos os recursos disponíveis para o negócio principal, recentrando a actividade nos processos ou parcerias do negócio geradores de valor acrescentado.



Com a colaboração de uma empresa de consultoria especializada, continuará a implementar-se um Novo Sistema Integrado de Gestão, com vista à obtenção de melhores e mais atempadas informações de gestão que ajudem à tomada de medidas em tempo oportuno.

A Empresa prepara-se para a transição para a Certificação de Qualidade ao abrigo da Norma ISO 9001:2000.

Queluz de Baixo, 15 de Setembro de 2003

O Conselho de Administração

António Brás Monteiro – Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS NÚMEROS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1 – Nos termos do nº 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração.

2 – Nos termos do nº 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de accionistas que, na data de encerramento do exercício social, eram titulares de acções da Empresa:

- GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: 2.924.521 acções (73,11%).
- OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. : 194.192 acções (4,85%).

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº1 DO ART.2º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO)

Em 30 de Junho de 2003 a GESTPRINT – S.G.P.S., S.A. detém 2.924.521 acções da LISGRÁFICA que representam 73,113% dos direitos de voto correspondentes.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRAIS ANEXAS REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2003 (VALORES EM EURO)

Autofinanciamento	3.939.366
Acções próprias (Quantidade, Valor Unitário e Valor Nominal):	
52.213 a € 5	260.437

Durante o Semestre não foram efectuadas operações sobre acções próprias.



BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 2002
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2003			2002
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	10	20.811	16.620	4.191	69
Trespases	10	13.663.347	2.732.669	10.930.678	11.471.946
		13.684.158	2.749.289	10.934.869	11.472.015
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	10	14.084.357	-	14.084.357	10.818.078
Edifícios e outras construções	10	36.600.068	9.916.811	26.683.257	24.879.950
Equipamento básico	10	114.205.092	61.165.074	53.040.018	52.009.309
Equipamento de transporte	10	662.577	415.403	247.174	286.974
Ferramentas e utensílios	10	56.868	27.752	29.116	35.461
Equipamento administrativo	10	1.274.632	692.940	581.692	505.866
Outras imobilizações corpóreas	10	741.231	179.788	561.443	590.770
Imobilizações em curso	10	1.390.375	-	1.390.375	15.372.390
		169.015.200	72.397.768	96.617.432	104.498.798
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	10.489.256	-	10.489.256	11.291.252
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	2.685.139	-	2.685.139	2.483.919
Títulos e outras aplicações financeiras	10	14.964	-	14.964	14.964
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10	3.168.438	-	3.168.438	2.918.438
		16.357.797	-	16.357.797	16.708.573
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	34 e 41	1.996.243	23.350	1.972.893	1.990.037
Produtos e trabalhos em curso	42	359.871	-	359.871	283.154
Mercadorias	41	134.814	-	134.814	4.634
	34	2.490.928	23.350	2.467.578	2.277.825
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Outros devedores	23 e 34	8.339.823	8.339.823	-	-
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente		16.307.169	-	16.307.169	21.768.833
Clientes - títulos a receber		206.981	-	206.981	411.740
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	8.263.399	8.263.399	-	-
Empresas do grupo	16	280.867	-	280.867	135.197
Adiantamentos a fornecedores		8.350	-	8.350	4.500
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		26.186	-	26.186	353.391
Estado e outros entes públicos	48	70.221	-	70.221	139.267
Outros devedores	23 e 34	3.010.589	109.203	2.901.386	416.667
		28.173.762	8.372.602	19.801.160	23.229.595
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria		629.972	-	629.972	669.876
		629.972	-	629.972	669.876
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	50 e 52	1.096.122		1.096.122	2.888.112
Caixa	52	10.361		10.361	7.227
		1.106.483		1.106.483	2.895.339
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	49	1.112		1.112	-
Custos diferidos		730.940		730.940	663.970
		732.052		732.052	663.970
Total de amortizações			75.147.057		
Total de provisões			16.735.775		
Total do activo		240.530.175	91.882.832	148.647.343	162.415.991

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocinio

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 2002
(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2003	2002
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36,37 e 40	20.000.000	20.000.000
Acções próprias - Valor nominal	40	(260.437)	(260.437)
Acções próprias - Descontos e prémios	40	(212.544)	(212.544)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	(2.251.191)	(2.330.357)
Reservas de reavaliação	40	28.021.789	28.021.789
Reservas:			
Reserva legal	40	906.512	906.512
Outras reservas	40	7.912	7.912
Resultados transitados	40	(29.061.357)	(22.992.612)
Subtotal		17.150.684	23.140.263
Resultado líquido do semestre	40	(545.696)	(2.651.804)
Total do capital próprio	40	16.604.988	20.488.459
PASSIVO:			
Provisões para riscos e encargos:			
Outras provisões para riscos e encargos	34	1.250.000	1.250.000
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis		-	2.444.010
Dívidas a instituições de crédito	50	20.942.914	26.887.478
Fornecedores, conta corrente	53	1.755.080	-
Fornecedores - títulos a pagar	53	64.773	-
Outros empréstimos obtidos	50	16.925.629	19.981.968
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar	53	122.140	252.958
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	28.782.756	30.020.166
		68.593.292	79.586.580
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	50	299	4.888.319
Dívidas a instituições de crédito	50	6.572.624	4.803.101
Fornecedores, conta corrente		15.863.293	14.160.325
Fornecedores - facturas recepção e conferência		58.291	217.347
Fornecedores - títulos a pagar		2.475.834	3.583.713
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		409.349	765.621
Empresas do grupo	16	8.035.156	170.049
Adiantamentos de clientes		1.125.000	1.172.175
Outros empréstimos obtidos	50	2.511.678	4.505.668
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	8.447.066	12.417.835
Estado e outros entes públicos	48	6.599.089	2.127.057
Outros credores	51	5.758.000	7.872.778
		57.855.679	56.683.988
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	49	2.430.371	2.226.469
Proveitos diferidos	49	1.913.013	2.180.495
		4.343.384	4.406.964
Total do passivo		132.042.355	141.927.532
Total do capital próprio e passivo		148.647.343	162.415.991

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramo

António Alexandre Pires Brás Monte

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocinio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 2002
(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2003		2002	
Custo das mercadorias vendidas e materias consumidas:					
Mercadorias	41	46.102		82.990	
Matérias	41	4.204.847	4.250.949	6.750.010	6.833.000
Fornecimentos e serviços externos			3.421.109		4.212.463
Custos com o pessoal:					
Remunerações		3.924.810		4.261.551	
Encargos sociais:					
Pensões		8.000		15.000	
Outros		1.961.376	5.894.186	1.657.976	5.934.527
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10		4.485.062		4.505.247
Impostos		149.883		240.860	
Outros custos e perdas operacionais		874	150.757	6.411	247.271
(A)			18.202.063		21.732.508
Perdas em empresas do grupo e associadas		-		872.001	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros		-		41	
Juros e custos similares:					
Outros	45	2.535.611	2.535.611	2.870.186	3.742.228
(C)			20.737.674		25.474.736
Custos e perdas extraordinários	46		97.358		190.065
(E)			20.835.032		25.664.801
Resultado líquido do semestre			(545.696)		(2.651.804)
			20.289.336		23.012.997
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias	44	37.525		339.406	
Produtos	44	18.871.903	18.909.428	21.788.014	22.127.420
Variação da produção	42		317.673		237.638
Trabalhos para a própria empresa			-		47.000
Proveitos suplementares			161.164		254.195
(B)			19.388.265		22.666.253
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	293.023		117.833	
Rendimentos de participações de capital	45	11.071		13.286	
Outros juros e proveitos similares:					
Outros	45	44.525	348.619	13.980	145.099
(D)			19.736.884		22.811.352
Proveitos e ganhos extraordinários	46		552.452		201.645
(F)			20.289.336		23.012.997
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			1.186.202		933.745
Resultados financeiros: (D - B) - (C -A) =			(2.186.992)		(3.597.129)
Resultados correntes: (D) - (C) =			(1.000.790)		(2.663.384)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			(545.696)		(2.651.804)
Resultado líquido do semestre: (F) - (E) =			(545.696)		(2.651.804)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patocinio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas. A Empresa participa ainda no capital de um conjunto de empresas (Nota 16), que actuam essencialmente no mercado de impressão e actividades conexas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.d), infra. A Empresa não irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 está dispensada de o fazer, em virtude de: (i) as participações financeiras no Guião – Divulgação Promocional Indústrias, Comércio, S.A. ("Guião") e Videodata – Desenvolvimento Base e de Dados, S.A. ("Videodata"), encontram-se em 30 de Junho de 2003 em processo de negociação para venda e (ii) as restantes participações financeiras em empresas do grupo, relativas à Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e Grafilis – Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis") não são materialmente relevantes no seu conjunto, para a apresentação da imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultado do grupo.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem as despesas incorridas com aumentos de capital e trespasses ("goodwill") encontram-se registadas ao custo, as despesas com aumentos de capital são amortizadas durante um período de três e os trespasses são amortizados no período em que se estima recuperar os investimentos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, excepto, os imóveis afectos à actividade industrial, que foram objecto de uma reavaliação extraordinária efectuada no exercício de 2000, com base em relatórios de avaliação efectuados por entidades independentes. Esta reavaliação extraordinária implicou àquela data, aumentos de 21.958.923 Euros e 2.900.375 Euros, respectivamente, nos valores das referidas imobilizações e respectivas amortizações acumuladas. Em 30 de Junho de 2003, o efeito líquido desta reavaliação extraordinária nos capitais próprios da Empresa ascende a 15.689.871 Euros (Nota 13).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliados dos imobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	8 a 14
Ferramentas e utensílios	8 a 10
Equipamento administrativo	6 a 16
Outras imobilizações corpóreas	16

Como resultado das reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições legais (Nota 12), as amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2003, foram aumentadas em 265.771 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em 3.092.827 Euros, decorrente das reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais e em 9.196.872 Euros, decorrentes da reavaliação extraordinária (Nota 13).

A Empresa difere as despesas suportadas com grandes reparações efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros nas empresas Guião, Máquinas de Estados – Sistemas Informáticos, Electrónicos e de Telecomunicações, Lda. (“Máquinas de Estados”) e Videodata encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os restantes investimentos financeiros nas empresas do grupo e associadas estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios das empresas participadas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. As diferenças apuradas após 1 de Janeiro de 1997, na aquisição de investimentos financeiros, são registadas em trespases e são amortizadas no período em que se estima recuperar aqueles investimentos.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

g) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 49).

h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos (Nota 49), e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

i) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 30 de Junho de 2003. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração de resultados.

j) Impostos diferidos

A Empresa não registou os impostos diferidos relacionados com diferenças temporais entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28 (Nota 6).

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 30%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 33%.

Nos termos de artigo n.º 81 do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2003.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 30 de Junho de 2003, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 24.650.000 Euros.

Conforme referido na Nota 3.j), a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com diferenças temporais entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação. Caso se tivesse optado por registar o seu efeito, seriam registados activos por impostos diferidos, relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e com provisões não aceites fiscalmente de aproximadamente, 8.550.000 Euros e passivos por impostos diferidos relacionados com reavaliações efectuadas (Nota 3.b) de cerca de 5.360.000 Euros.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 440 e 489 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, no semestre findo em 30 de Junho de 2003, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Equivalência patrimonial (Nota 45)	Adições	Transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	19.691	-	1.120	-	20.811
Trespases (Nota 3.a))	13.663.347	-	-	-	13.663.347
	<u>13.683.038</u>	<u>-</u>	<u>1.120</u>	<u>-</u>	<u>13.684.158</u>
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	14.084.357	-	-	-	14.084.357
Edifícios e outras construções	36.600.068	-	-	-	36.600.068
Equipamento básico	113.512.306	-	632.786	60.000	114.205.092
Equipamento de transporte	658.583	-	3.994	-	662.577
Ferramentas e utensílios	56.868	-	-	-	56.868
Equipamento administrativo	1.083.308	-	3.223	188.101	1.274.632
Outras imobilizações corpóreas	738.631	-	2.600	-	741.231
Imobilizações em curso	1.493.061	-	145.415	(248.101)	1.390.375
	<u>168.227.182</u>	<u>-</u>	<u>788.018</u>	<u>-</u>	<u>169.015.200</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	10.424.791	64.465	-	-	10.489.256
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	2.456.581	228.558	-	-	2.685.139
Títulos e outras aplicações financeiras	14.964	-	-	-	14.964
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	3.048.438	-	120.000	-	3.168.438
	<u>15.944.774</u>	<u>293.023</u>	<u>120.000</u>	<u>-</u>	<u>16.357.797</u>

A rubrica “Adiantamentos por conta de investimentos financeiros” refere-se, na sua totalidade a adiantamentos para futuros aumentos de capital da participada Guião.

Amortizações acumuladas			
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:			
Despesas de instalação	13.552	3.068	16.620
Trespases	2.732.669	-	2.732.669
	<u>2.746.221</u>	<u>3.068</u>	<u>2.749.289</u>
Imobilizações corpóreas:			
Edifícios e outras construções	9.399.177	517.634	9.916.811
Equipamento básico	57.311.919	3.853.155	61.165.074
Equipamento de transporte	392.989	22.414	415.403
Ferramentas e utensílios	24.609	3.143	27.752
Equipamento administrativo	623.603	69.337	692.940
Outras imobilizações corpóreas	163.477	16.311	179.788
	<u>67.915.774</u>	<u>4.481.994</u>	<u>72.397.768</u>

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 30 de Junho de 2003, líquidos de amortizações acumuladas e abates, é o seguinte:

Rubricas	Custos Históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	2.019.360	504.840	2.524.200
Edifícios e outras construções	4.703.513	1.012.925	5.716.438
Equipamento básico	6.086.321	2.079.902	8.166.223
	<u>12.809.194</u>	<u>3.597.667</u>	<u>14.406.861</u>

Adicionalmente, a Empresa procedeu durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, a uma reavaliação extraordinária de imóveis, do que resultou um acréscimo líquido do imobilizado e dos capitais próprios aquela data de 19.058.548 Euros (Nota 3.b)). Em 30 de Junho de 2003 o valor líquido reavaliado ascendia a 15.689.871 Euros, sendo que um montante aproximado de 6.493.000 Euros respeita a “Terrenos e recursos naturais” e um montante de 9.196.872 Euros respeita a “Edifícios e outras construções” (Nota 3.b)).

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2003, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Custo	Reavaliação	Amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos, edificios e outras construções	15.053.532	2.019.360	2.237.220	14.835.672
Equipamento básico	69.121.241	8.293.550	39.232.958	38.181.833
Equipamento de transporte	364.940	-	236.029	128.911
Ferramentas e utensílios	36.617	-	15.257	21.360
Equipamento administrativo	267.845	-	50.015	217.830
	<u>84.844.175</u>	<u>10.312.910</u>	<u>41.771.479</u>	<u>53.385.606</u>

Em 30 de Junho de 2003, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” um montante de 32.391.959 Euros, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais 28.782.756 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano, e são como segue:

2004	3.609.203
2005	4.853.600
2006	4.909.425
2007	4.823.616
2008 e seguintes (Nota 29)	<u>14.196.115</u>
	<u>32.391.959</u>

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2003, os principais elementos financeiros das empresas do grupo e associadas extraídos das respectivas demonstrações financeiras não auditadas naquela data, eram como segue:

Empresas do grupo:

Designação	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Gestigráfica (a)	17.206.173	6.858.132	233.212	(1.134.203)	100	5.127.178
Guião (b)	6.313.844	197.762	2.748.902	(861.247)	85	4.638.821
Videodata (b)	588.337	98.444	-	(154.134)	100	723.257
						<u>10.489.256</u>

- (a) O valor do investimento financeiro na Gestigráfica foi deduzido da mais-valia apurada no exercício de 1999 e relativa à alienação de diversas participações financeiras em empresas participadas àquela empresa no montante de 2.271.345 Euros, tendo igualmente sido acrescido de outras regularizações de 311.466 Euros. Os valores relativos a esta participada, referem-se a 31 de Dezembro de 2002, última informação disponível.
- (b) Os valores apresentados referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, última informação disponível. Estas participações financeiras encontram-se registadas ao custo.

Empresas associadas:

Designação	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valores de balanço (Nota 10)
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. (a)	32.119.808	8.079.311	6.839.548	714.243	32	2.585.379
Máquina de Estados – Sistemas Informáticos, Electrónicos e de Telecomunicações, Lda. (b)	133.698	18.705	248.671	24.336	20	99.760
						<u>2.685.139</u>

- (a) A Gestigráfica detém uma participação de 9,0256% do capital da Naveprinter pelo que a percentagem efectiva de participação nesta empresa é de, aproximadamente, 41%.
- (b) Os valores apresentados referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, última informação disponível. Esta participação financeira encontra-se registada ao custo.

Em 30 de Junho de 2003, os saldos com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	<u>Clientes, conta corrente</u>	<u>Outros devedores</u>	<u>Empresas do grupo</u>	<u>Fornecedores, conta corrente</u>	<u>Fornecedores, títulos a pagar</u>	<u>Empresas do grupo</u>	<u>Outros credores</u>
Gestigráfica	584	-	-	-	-	7.814.216	911.542
Grafilis	93.322	-	-	701.037	-	-	288.879
Gesprint	-	-	263.087	239.032	-	220.940	-
Naveprinter	251.886	79.585	7.697	1.511.459	105.000	-	-
Guião	547.216	125.633	2.918	-	-	-	-
Máquina de Estados	-	-	1.908	9.774	-	-	950
Videodata	-	2.226	-	-	-	-	-
Outros	-	-	5.257	-	-	-	-
	<u>893.008</u>	<u>207.444</u>	<u>281.775</u>	<u>2.461.302</u>	<u>105.000</u>	<u>8.035.156</u>	<u>1.201.371</u>

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 30 de Junho de 2003, existiam dívidas consideradas de cobrança duvidosa nos montantes de 8.263.399 Euros e 8.449.026 Euros registadas na rubrica de “Clientes de cobrança duvidosa” e “Outros devedores”, respectivamente, estando provisionadas na sua totalidade (Nota 34).

26. DÍVIDAS TITULADAS

Em 30 de Junho de 2003, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas, no montante de 7.008.111 Euros.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 30 de Junho de 2003, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos ascendem a 14.196.115 Euros (Nota 15).

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 30 de Junho de 2003, existiam empréstimos bancários, nos montantes de 13.871.080 Euros, garantidos por hipotecas sobre alguns edifícios propriedade da Empresa (Nota 50).

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2003, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas a favor de terceiros no montante de 1.291.516 Euros.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

<u>Rubricas</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reduções (Nota 46)</u>	<u>Saldo final</u>
Provisões para cobranças duvidosas (Nota 23)	16.712.425	-	16.712.425
Provisões para depreciação de existências	33.539	(10.189)	23.350
Provisões para outros riscos e encargos	1.250.000	-	1.250.000
	<u>17.995.964</u>	<u>(10.189)</u>	<u>17.985.775</u>

A provisão para outros riscos e encargos, destina-se a cobrir riscos inerentes à actividade da

Empresa.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2003, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 de acções com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2003:

Nome	Percentagem	Montante
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	73,11%	14.622.000

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	20.000.000	-	-	20.000.000
Acções próprias – valor nominal	(260.437)	-	-	(260.437)
Acções próprias – descontos e prémios	(212.544)	-	-	(212.544)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(2.251.191)	-	-	(2.251.191)
Reservas de reavaliação	28.021.789	-	-	28.021.789
Reserva legal	906.512	-	-	906.512
Outras reservas	7.912	-	-	7.912
Resultados transitados	(23.169.677)	-	(5.891.680)	(29.061.357)
Resultado líquido do exercício	(5.891.680)	(545.696)	5.891.680	(545.696)
	<u>17.150.684</u>	<u>(545.696)</u>	<u>-</u>	<u>16.604.988</u>

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 28 de Maio de 2003, foi decidido transferir a totalidade do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 para resultados transitados.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12) e de reavaliações extraordinárias efectuadas no exercício de 2000 (Notas 3.b) e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no semestre findo em 30 de Junho de 2003, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	137.207	1.609.692
Compras	-	4.192.368
Regularização de existências	43.709	399.030
Existências finais	(134.814)	(1.996.243)
	<u>46.102</u>	<u>4.204.847</u>

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no semestre findo em 30 de Junho de 2003, é como segue:

Existências finais	359.871
Existências iniciais	(42.198)
	<u>317.673</u>

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no semestre findo em 30 de Junho de 2003, foram como segue:

Conselho de Administração	108.590
Conselho Fiscal	11.010
	<u>119.600</u>

44. VENDAS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas, no semestre findo em 30 de Junho de 2003, no montante de 18.909.428 Euros foram exclusivamente efectuadas no mercado interno.

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	2.314.190	2.672.512
Perdas em empresas do grupo e associadas	-	872.001
Amortizações de investimentos em imóveis	-	41
Diferenças de câmbio desfavoráveis	194	40
Descontos de pronto pagamento concedidos	43.205	43.949
Outros custos e perdas financeiros	178.022	153.685
	<u>2.535.611</u>	<u>3.742.228</u>
Resultados financeiros	<u>(2.186.992)</u>	<u>(3.597.129)</u>
	<u>348.619</u>	<u>145.099</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	15.938	11.847
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	293.023	117.833
Diferenças de câmbio favoráveis	784	387
Descontos de pronto pagamento obtidos	10.089	1.746
Outros proveitos e ganhos financeiros	28.785	13.286

	348.619	145.099
--	---------	---------

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	9.086	5.986
Perdas em existências	10.189	1.036
Multas e penalidades	61.222	150.725
Outros custos e perdas extraordinários	16.861	32.318
	97.358	190.065
Resultados extraordinários	455.094	11.580
	552.452	201.645
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em imobilizações e existências	385.158	59.757
Benefícios de penalidades contratuais	-	1.646
Reduções de provisões (Nota 34)	10.189	225
Correcções relativas a exercícios anteriores	370	2.336
Outros proveitos e ganhos extraordinários	156.735	137.681
	552.452	201.645

A rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" é composta como segue:

Subsídios a imobilizações corpóreas (Nota 3.h))	89.046
Mais-valias diferidas relativas a operações de relocação financeira	42.449
Outros	25.240
	156.735

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2003, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Retenções na fonte	12.031
Pagamento especial por conta	1.496
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA")	56.694
	70.221

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte ("IRS")	1.963.758
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	95.470
IVA	361.244
Contribuições para a Segurança Social	4.141.394
Outros impostos	37.223
	6.599.089

As contas a pagar relativas a IVA, IRS e Contribuições para a Segurança Social incluem valores vencidos por pagar nos montantes de 361.244 Euros, 1.837.947 Euros e 3.869.442 Euros, respectivamente. Em Janeiro de 2003, a Empresa solicitou à Administração Fiscal a adesão ao plano previsto no Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro.

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2003, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Custos diferidos:	
Juros antecipados	552.671
Conservação plurienal	81.218
Outros	97.051
	<u>730.940</u>
Acréscimos de custos:	
Encargos com férias, subsídio de férias e Natal	1.522.952
Fornecimentos e serviços externos	476.072
Juros vencidos e não pagos	431.347
	<u>2.430.371</u>
Proveitos diferidos:	
Subsídios ao investimento (Nota 3.h))	1.126.798
Mais-valias diferidas (a)	786.215
	<u>1.913.013</u>

- (a) Este montante refere-se a uma operação de relocação financeira efectuada no exercício de 2001, com uma instituição financeira sobre um terreno da Empresa, estando o mesmo a ser diferido durante o período do contrato da referida operação.

50. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2003, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>
Empréstimos bancários (a)	6.572.624	20.942.914
Empréstimos por obrigações:		
Emissão de 1988	299	-
Outros empréstimos obtidos (b)	<u>2.511.678</u>	<u>16.925.629</u>
	<u>9.084.601</u>	<u>37.868.543</u>

- (a) Em 30 de Junho de 2003, os empréstimos bancários incluem um montante de 1.371.694 Euros (Nota 30), obtido junto do Banco BPI, S.A. ("BPI"), que vence juros à taxa Lisbor acrescida de 1,25%. Este empréstimo destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos, às Páginas Amarelas, S.A. e é garantido por uma primeira hipoteca sobre as instalações adquiridas pela Empresa nessa operação. Este montante vence-se no médio e longo prazo.

Esta rubrica inclui, adicionalmente, um empréstimo no montante de 2.119.981 Euros (Nota 30) contraído junto do BPI destinado a financiar a aquisição do investimento na Gestigráfica. A totalidade deste montante vence-se no médio e longo prazo. Este empréstimo vence juros à taxa Lisbor acrescida de 1,25% e está garantido por segunda hipoteca às referidas instalações adquiridas às Páginas Amarelas, S.A. estando as receitas afectas às mesmas consignadas como garantia de pagamento deste empréstimo. Os restantes empréstimos bancários vencem juros a taxas anuais médias de 5,1%.

Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica inclui um montante de 9.296.533 Euros relativo a um empréstimo contraído junto do Banco Comercial Português, S.A. ("BCP"). Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescido de 2,75% e está garantido por terceira hipoteca das instalações adquiridas às Páginas Amarelas (Nota 30). Daquele empréstimo, a parcela de 1.398.900 Euros, vence-se no curto prazo e a parcela de 7.897.633 Euros vence-se no médio e longo prazo.

- (b) O montante registado nesta rubrica na parcela de médio e longo prazo, em 30 de Junho de 2003, refere-se a emissões realizadas ao abrigo de três programas de papel comercial, como segue:

Programa/Emissão	Início	Vencimento	Taxa de juro	Montante
BCPI - 71ª emissão	26-06-03	28-08-03	4,69	4.925.629
BANIF - 25ª emissão	23-06-03	23-09-06	2,62	4.500.000
CGD - 20ª emissão	15-04-03	15-07-03	2,89	2.500.000
CGD - 21ª emissão	24-04-03	24-07-03	2,75	2.500.000
CGD - 22ª emissão	27-06-03	26-09-03	2,92	2.500.000
				<u>16.925.629</u>

As emissões de papel comercial encontram-se registadas a médio e longo prazo, uma vez que é intenção do Conselho de Administração proceder a sucessivas renovações, nas datas de vencimento das diversas emissões de acordo com os respectivos programas contratados.

Adicionalmente, nesta rubrica encontra-se incluído o subsídio reembolsável no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido durante os exercícios de 1996 e 1998 no montante total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de 9 prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 30 de Junho de 2003, a Empresa amortizou o montante de 3.155.529 Euros, encontrando-se em dívida um valor de 2.011.678 Euros o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. Este montante vence-se no curto prazo. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade no montante de 595.747 Euros cuja movimentação está condicionada à extinção da referida garantia.

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas, o valor dos activos correntes é inferior ao exigível de curto prazo. Até 30 de Junho de 2003, a Empresa concluiu algumas negociações com diversas instituições financeiras e outros credores, tendo em vista o rescalonamento das correspondentes dívidas, de curto prazo para médio e longo prazo, e tenciona encetar outras no curto prazo, tendo em vista o mesmo objectivo.

51. OUTROS CREDITORES CURTO PRAZO

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2003, refere-se essencialmente a adiantamentos recebidos pela Empresa relativos a operações de *factoring*.

52. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, o detalhe de caixa e seus equivalentes é conforme segue:

	2003	2002
Numerário	10.361	7.227
Depósitos bancários	65.939	2.292.365
Depósitos a prazo	1.030.183	595.747
Descobertos bancários	(4.855.161)	(2.912.093)
	<u>(3.748.678)</u>	<u>(16.754)</u>

53. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 30 de Junho de 2003, na sequência de acordos estabelecidos com diversos fornecedores, a Empresa conseguiu o alargamento do prazo de pagamento de dívidas, no montante de 1.941.993 Euros, com vencimento até 30 de Junho de 2005.

54. ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 7 de Fevereiro de 2003, a Empresa participada Gestigráfica celebrou um contrato de compra e venda da totalidade da participação detida na Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A.. No seguimento desta operação a Empresa encontra-se em negociação para a regularização de valores a receber e a pagar com aquela empresa, que se estima que esteja concluída durante o segundo semestre de 2003. Por este facto a Empresa não dispõe de informação suficiente para quantificar o efeito nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2003, relativo à venda daquele activo por parte daquela empresa participada.

O Técnico Oficial de Contas

Vítor Manuel Condinho da Silva

O Conselho de Administração:

António Brás Monteiro – Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Inscrição na OROC nº 45
Registo na CMVM nº 232
NIPC 501 829 288
Capital Social 50.000 euros
Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 13.289

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA **CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL**

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação do semestre findo em 30 de Junho de 2003, de Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), incluída: no relatório de gestão, no balanço, que evidencia um total de 148.647.343 Euros e um total de capital próprio de 16.604.988 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 545.696 Euros e na demonstração dos resultados por naturezas do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 8, o nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Reservas

8. Conforme referido no Relatório de Gestão e no anexo às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2003, a Empresa encontra-se em negociações, tendentes à alienação de certos activos (investimentos financeiros e contas a receber de empresas participadas), cujos valores contabilísticos naquela data ascendiam a, aproximadamente, 33.600.000 Euros e de regularização de alguns passivos com fornecedores e com o Estado. Dado que a esta data se desconhece o desfecho dessas negociações, não podemos concluir sobre o valor de realização daqueles activos, nem do valor exigível daqueles passivos.
9. Em 30 de Junho de 2003, a Empresa tem registadas provisões quer para regularizações de activos, quer para fazer face a determinadas responsabilidades. A nossa análise a essas provisões, indica que estas deverão ser insuficientes para os objectivos para que foram registadas em, aproximadamente, 800.000 Euros. Consequentemente, em 30 de Junho de 2003, o activo está sobreavaliado em , aproximadamente, 200.000 Euros e o passivo e os resultados transitados negativos estão subvalorizados em 600.000 Euros e 800.000 Euros, respectivamente.

Parecer

10. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto, quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 8 acima e excepto quanto ao efeito do assunto descrito nos parágrafos 9 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2003 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

11. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000 e ao abrigo da Directriz Contabilística nº 16, a Empresa efectuou uma reavaliação extraordinária a alguns dos seus imóveis, da qual resultou um acréscimo líquido do imobilizado corpóreo e dos capitais próprios àquela data de cerca de 19.059.000 Euros. Em 30 de Junho de 2003, o valor líquido do imobilizado corpóreo reavaliado ascendia a, aproximadamente, 15.690.000 Euros.

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.

12. Conforme mencionado no anexo às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2003, a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28. Àquela data os activos e passivos por impostos diferidos estimam-se em 8.550.000 Euros e 5.360.000 Euros, sendo que serão realizáveis e exigíveis, respectivamente, caso a Empresa venha a registar resultados fiscais suficientes.
13. Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas, a Empresa tem vindo a registar prejuízos, sendo em 30 de Junho de 2003, o valor dos activos correntes inferior ao exigível de curto prazo e os resultados transitados negativos superiores ao capital. Tal como referido no Relatório de Gestão o Conselho de Administração tomou várias medidas e perspectiva ainda outras, tendentes à resolução da actual situação. A continuidade das operações da Empresa, depende do sucesso dessas medidas e da rendibilidade futura das suas operações.

Lisboa, 16 de Setembro de 2003

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire